

RURALIDADES NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO: DESAFIOS PARA A ANÁLISE¹

Catia Antonia da Silva – UERJ - FEPERJ

Alberto Toledo Resende – FEPERJ

RESUMO

A compreensão da escala metropolitana requer cada vez mais um nível da análise da complexidade da vida coletiva. A diversidade e a multiplicidades de ações, projetos, definem a vida coletiva e reconfigura o território. O presente artigo tem como finalidade problematizar a dimensão rural da vida coletiva no espaço metropolitano do Rio de Janeiro a partir dos estudos sobre a vida dos pescadores artesanais na Baía de Guanabara, averiguando problemas enfrentados no contexto da urbanização caótica e da intensificação da industrialização.

Palavras-chave: metrópole, trabalho, pesca artesanal, Baía de Guanabara

ABSTRAC

Understanding the metropolitan scale requires an ever higher level of analysis of the complexity of collective life. The diversity and multiplicity of actions and projects define collective life and reconfigure the territory. This article is meant to problematise about the rural aspect of collective life in metropolitan space of Rio de Janeiro from studies about the life of artisanal fishers at Guanabara Bay, by inquiring problems which are faced in the context of a chaotic urbanisation and of the intensification of industrialisation.

key words: metropolis, work, artisanal fisher, Guanabara Bay

¹ Trabalho desenvolvido a partir de reflexões e estudos juntos ao Laboratório de Estudos metropolitanos /FFP/UERJ (a partir de 2004) e FEPERJ Federação dos Pescadores do Rio de Janeiro – Projeto Baía Limpa (2009).

INTRODUÇÃO

Pensar em atividades rurais em contextos metropolitanos, sempre remete-se a idéia de atividades primárias em decadência frente ao desafio da diversidade da vida metropolitana, que é fruto da modernização, da industrialização e da urbanização concentrada. Percebe-se a dimensão qualitativa e quantitativa das atividades urbanas, do trabalho urbano e a expansão das residências e cria-se cada vez mais a idéia e a afirmativa que o desenvolvimento econômico-social deve ser pautado a partir do desenvolvimento das atividades urbanas. No entanto ao analisar a dimensão dos trabalhadores da pesca artesanal na metrópole do Rio de Janeiro, percebemos o necessário aprofundamento teórico e conceitual do que significa as ruralidades na metrópole, o que não significa simplesmente processos e formas como resquícios de atividades pretéritas em processo de extinção, mas se trata de processos, de atividades e de modos de vida que interagem e complementam o contexto urbano-metropolitano.

Em pesquisas desenvolvidas desde 2004, identificamos que na Baía de Guanabara existem milhares de pescadores artesanais (homens e mulheres) que vivem cotidianamente da pesca ou da coleta de caranguejos e mariscos. São trabalhadores tidos do setor primário – coleta, que, em geral, vivem em condições muito precárias, possuem barcos, constroem redes e são responsáveis pelo abastecimento de pescado nos mercados urbanos municipais, em restaurantes e etc. Não é uma atividade em extinção, apesar de cada vez mais a poluição bioquímica e os resíduos sólidos destruírem o meio ambiente da Baía de Guanabara, reduzindo acentuadamente a pesca em vários pontos. No contexto de forte desemprego, a pesca artesanal tem se ampliado enquanto posto de trabalho, embora isto não apareça nas estatísticas das instituições ligadas ao estudo demográfico e ao trabalho.

O presente trabalho tem como finalidade analisar o papel social e econômico da atividade da pesca artesanal na Baía de Guanabara e as contribuições junto à metrópole do Rio de Janeiro, tanto no que diz respeito ao seu papel como posto de trabalho, quanto o abastecimento do mercado de alimentos.

METRÓPOLES , CONTEXTOS DE EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E ASPECTOS DA RURALIDADE

Uma belíssima Tese de Doutorado de Jorge Baptista de Azevedo (2007) analisa a estética da ruralidade nas paisagens urbanas e na configuração espacial do Rio de Janeiro. Ele não analisa os pescadores. Entretanto aponta um conjunto de referências sobre a estética e sociabilidades que faz lembrar as práticas e costumes rurais novos ou tradicionais realizando-se nos espaços das cidades.

“A ruptura que a modernidade e algumas revoluções não conseguiram dar para a busca de um mundo onde a vida faça mais sentido, talvez passe pelos vieses estéticos e éticos da ruralidade (...) Enquanto esta pesquisa defende a presença e a possibilidade de novas formas de permanência da Estética da ruralidade nas paisagens urbana, inicia-se em outro canto do mundo um trabalho que anuncia e afirma o conceito de *rurubano*. São os jovens do projeto, auto intitulado revolucionário *OKUPAR* em Barcelona estão propondo um novo modelo de vida social ao ocuparem espaços abandonados na cidade e organizarem uma vida física mais saudável, menos individualista e mais comunitária. Agricultura local e artesanato próprio, a fim de minimizar e combater as doenças e dores das realidades urbanas que só podem ser acessadas através do dinheiro” (AZEVEDO, 2007, P. 69-70)

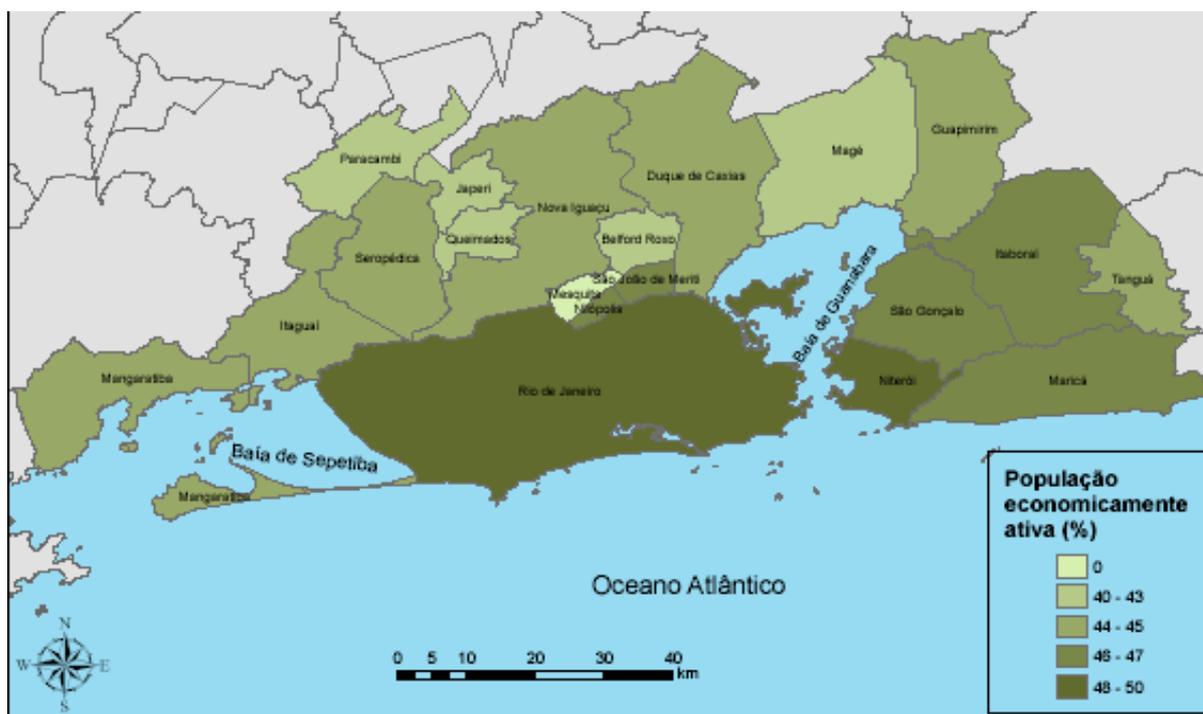
Segundo Azevedo, as paisagens e práticas de ruralidades no contexto da cidade brasileira necessitam ser compreendidas identificando suas implicações campo-cidade ao longo da História.

Neste sentido para o autor, a ruralidade é ação e produção espacial de um conjunto de aspectos e características de uma manifestação estética, simbólica e gestual que lembra e relembra as práticas e modos de vida rural. Não se trata do rural propriamente dito, mas do desejo e das práticas de produção agrícola no fundo do quintal, de criação de animais, da moda sertaneja, etc., conforme orienta Azevedo, (2007).

No contexto da pesca artesanal na Baía de Guanabara, na região oceânica e na Baía de Sepetiba, seu aspecto de ruralidade se inscreve atrelada ao cotidiano da vida metropolitana. A pesca artesanal é atividade econômica milenar, ensinada pelas culturas indígenas, é anterior a vida urbano-metropolitana. Constitui-se em trabalho, ocupação profissional para milhares de pescadores (homens e mulheres) e coletadores de marisco, caranguejos, etc. É atividade primária que guarda até hoje importância econômica e social. Constitui-se importante lugar de trabalho para pessoas que por meio da oralidade aprendem de seus pais e avós a arte de confecção da rede e do barco e a técnica do exercício da pesca.

Em contexto de forte crescimento de desemprego na área metropolitana do Rio de Janeiro, conforme podemos ver no Mapa 1 cerca de somente 40 a 50 % da população economicamente ativa é que se encontra no mercado formal de trabalho.

Mapa 1 – População Economicamente Ativa no Mercado Formal



Fonte: IBGE - Censo Demográfico
Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho - [https://sgt.caged.gov.br/SGTInt.dll/fsm/Main\(04/03/2008\)](https://sgt.caged.gov.br/SGTInt.dll/fsm/Main(04/03/2008))

Este Mapa 1, portanto, contribui para uma compreensão mais geral do acesso ao mercado formal em municípios metropolitanos. Rio de Janeiro e Niterói destacam-se com maior concentração de PEA na economia formal, no entanto não se afasta tanto dos demais. O outro restante da PEA está no circuito informal da Economia.

Neste sentido, percebe-se que há uma forte desigualdade social no acesso ao mercado formal. Assim, a metrópole com esses sistemas técnicos que alteram o sentido de espaço, transformando-o cada vez mais em meio técnico-científico informacional, se dá sob forte exclusão social, conforme ensina Santos (1994). Este

meio impõe à sociedade novas práticas e reajustes de velhas práticas, consolidando novo patamar aos sistemas de ações, ou seja, a modernização da sociedade (cultura) e modernização do ambiente urbano-metropolitano (sistema de objetos e de ações), e dá novos elementos ao processo de industrialização (produção-circulação-consumo de mercadorias e de serviços) e aos trabalhadores inseridos no mercado formal e/ou no mercado de trabalho informal, devendo lembrar que este meio oferece uma diversificação de objetos no ambiente de trabalho, que para os trabalhadores informais.

A pesca artesanal, desse modo, deve ser compreendida, apesar de seu conjunto de dificuldades conforme veremos na próxima seção, não pode ser vista como um trampolim. É na verdade um posto de trabalho que deve ser valorizado, por meio de políticas públicas concretas para melhorar suas condições de trabalho. A segunda grande importância da pesca artesanal se inscreve na economia propriamente tida, criando um mercado secundário de trabalho (indústria produção de fios para a rede, tinta para embarcações, beneficiamento do pescado, vendedores nos mercados e feiras do pescado, etc.). Sabe-se que cerca de 60% do pescado consumido no estado do Rio de Janeiro vem da pesca artesanal.

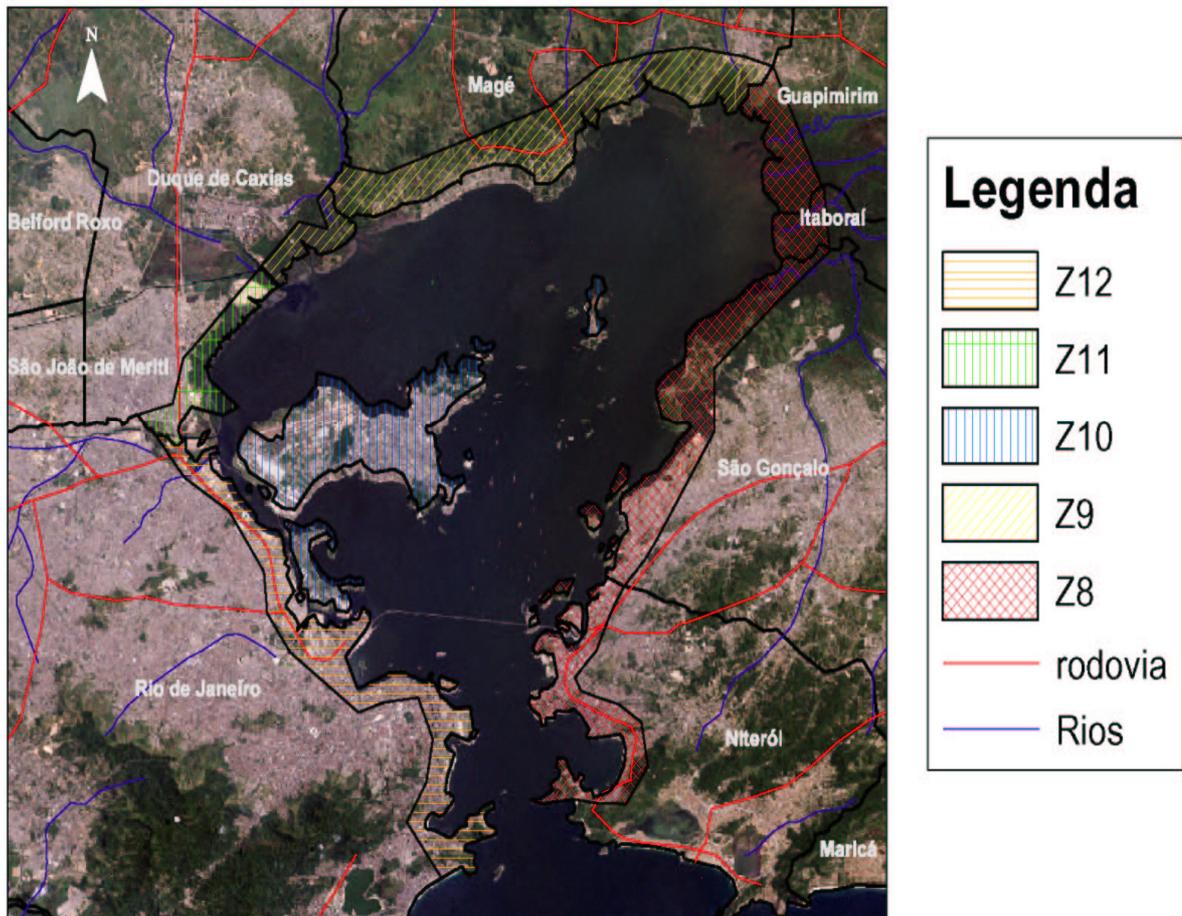
BAÍA DA GUANABARA E O TERRITÓRIO USADO

A Baía da Guanabara é palco de diferentes usos. O Porto do Rio com 7 Km de ocupação litorânea, os navios de grande porte que entram e saem, as áreas da Marinha, as industriais navais, a Ponte Rio-Niterói, construída na década de 1970, a circulação de transporte coletivo (Barcas S. A), indústrias de beneficiamento do petróleo destacando a Petrobras e a pesca artesanal.

A pesca artesanal tem características diferenciadas de estrutura e de trabalho, tornando-se núcleos bastante dispersos na Baía. Tais núcleos (comunidades) constituem-se, geralmente, de pequenos aglomerados de pescadores que vivem difusos pela área litorânea sem formarem, contudo, um centro de importância econômica regional, que facilitaria o escoamento da produção. Tais núcleos são demarcados pelas Colônias de pescadores (reconhecidas institucionalmente abaixo da Federação - FEPERJ), na Baía são cinco Colônias Z-8 (Niterói e São Gonçalo), Z-9 (Magé e Guapimirim), Z-10 (Ilha do Governador), Z-11 (Bonsucesso, Ramos, Ilha do Fundão – situados no município do Rio de Janeiro) e Colônia Z-12 (Caju, Centro, Urca – Rio de Janeiro) – ver Mapa 2.

Mapa 2

Colônias de Pesca da Baía da Guanabara



Essas comunidades residentes na Baía de Guanabara utilizam, em sua maioria, pequenos barcos alguns movidos somente a remo que denominam de caíque - pequenos barcos a motores - uma versão dos caíques adaptados com motores movidos a diesel ou gasolina que são de fácil manutenção e baixo custo.

Tem se, também, os barcos de médio e grande porte que para serem considerados de pesca artesanal devem ter sua capacidade máxima de 10 toneladas de pescado, transportando no máximo 10 pescadores e a relação de trabalho e de parceria tanto nos lucros quanto no prejuízo. Em sua maioria a atividade artesanal se concentra na pesca da sardinha e do camarão, pois possuem um bom valor de mercado e consumidores certos. Mas também se encontra outros barcos especializados na pesca de arrasto (mas conhecidos como traineiras) que retiram do mar tipos de peixes tais como: tainhas, corvinotas, robalo, dourado, entre outros.

Os caíques e as pequenas embarcações a motor não possuem grande alcance e são limitados também por sua fragilidade por isso, muitos pescadores (homens e mulheres) têm se dedicado a pesca de siri no litoral próximo aos mangues e a pesca da tainha e outro peixes de menor valor. Esses últimos pescadores são os que, mais têm sofrido com a piora das condições ambientais da baía, principalmente por não possuírem uma reserva financeira para adquirirem novos equipamentos e não terem acesso aos financiamentos, ficando a mercê da sorte, e das condições de trabalho cada vez mais insalubres.

Dentre tantos problemas vividos pelos pescadores artesanais, dentre os sociais – precariedade do trabalho - econômicos – vivem nas mãos dos atravessadores - que compram barato e vendem caro - aos

mercados atacadistas. Encontram os problemas ambientais pelo fato de grande concentração de detritos sólidos e metais pesados e do impacto do assoreamento no fundo da Baía. Ao lançar a rede, os pescadores coletam lixos do fundo e da superfície. Nas marés baixa, atolam nos sedimentos, necessitando muitas vezes de esperar a maré subir para voltar para casa.

Por outro lado, apesar da existência da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) do Governo federal e a existência de políticas públicas de trabalho e renda, os pescadores artesanais, em geral, com baixa escolaridade, não têm acesso a essas políticas. O acesso às políticas requer um nível de burocratização e de racionalidade instrumental (certidões negativas, compreensão de processos, elaboração de projetos, contratação de técnicos – contadores, advogados, etc.), que é estranho e caro aos pescadores artesanais.

O ESPAÇO BANAL: CARACTERÍSTICAS DAS COLÔNIAS Z8 E Z9

Na Colônia de pesca Z8, foram feitos, durante os trabalhos de campo, duas caracterizações por terra, diferentemente das outras colônias que foram feitas somente por mar. Nos primeiros trabalhos de pesquisa, percorremos o município de São Gonçalo, que é o maior litoral da colônia e tem maior população de pescadores; e o segundo foi feito por mar percorrendo toda a zona portuária de Niterói.

Os pescadores artesanais da Colônia Z8 possuem características diferentes entre si devido ao local que residem e à situação de seus barcos, o que está relacionando diretamente com o município de Niterói e o de São Gonçalo, isso fica bem claro quando analisamos as condições de trabalho dos pescadores de Niterói que se navegam em barcos médios e grandes (com uma média de 10 pescadores) especializados, uns em camarão outros em sardinha, etc.

O município de Niterói possui também como característica marcante a indústria naval. Com a retomada a “pleno vapor” das atividades, pode-se notar que os pescadores artesanais estão perdendo cada vez mais o seu espaço físico e seus acessos pelo mar, pois os estaleiros se instalam no litoral que é o último refúgio dos pescadores artesanais, principalmente, no centro de Niterói e na Ilha da Conceição. Nesta área, essas indústrias abandonam carcaças de grandes embarcações a cerca de dez ou quinze metros de seu porto com o interesse de irem aterrando essas distâncias, justificando que não é aterro, mas um processo natural de assoreamentos. Desrespeitam leis ambientais e aumentam cada vez mais suas áreas terrestres.

Já o município de São Gonçalo, possui como característica mais marcante, pequenos barcos, normalmente com no máximo quatro pescadores, movidos normalmente a remos e pequenos motores a diesel. Mesmo com alta densidade urbana do município, os pescadores artesanais mantiveram sua tradição, ocupando rios e litoral marítimo.

Saindo desse núcleo urbano próximo ao centro do Município de São Gonçalo, os pescadores vivem uma realidade um pouco diferente, principalmente na Ilha de Itaoca, na praia de São Gabriel, ainda vê-se o estilo de vida tradicional dos pescadores artesanais, encontra-se a utilização de currais e confecção de barcos tradicionais. Não obstante, já se percebe mudança na região com a construção de bar e restaurantes para os turistas de final de semana e nas segundas-feiras que procuram refúgio local a custo baixo. Mesmo sem apoio real da prefeitura que não melhora o acesso nem da infra-estrutura adequadas para o turismo, os pescadores têm feito muitas alterações na paisagem e tornando um recanto agradável para um final de semana.



Foto1 – Bairro Boaçu - barcos no rio Imboaçu, águas extremamente poluídas – São Gonçalo - Catia Antonia da Silva- 2007

O bairro é conhecido como Boaçu encontra-se umas das maiores comunidades de pescadores da Colônia Z8 residindo desde a foz do rio Imboaçu até seu interior. Os pescadores moram nas margens do rio e aí instalam os cais para atracamento de seus barcos. Quando vão pescar, utilizam o rio como caminho indo até a Baía.

Como se observa na Foto 1, grande parte dos pescadores da Z8 de município de São Gonçalo está residente na área do bairro do Boaçu, onde se depara com a triste realidade do descaso de gestores, que não possuem nenhuma política de despoluição para a área, e rio se tornou vala de esgoto e de lixo de grande parte da região, provocando o assoreamento dos rios, é um dos motivos das enchentes na localidades até o centro de São Gonçalo.

COLÔNIA DE PESCA Z9

A colônia Z9 tem sua sede no município de Magé e é caracterizada por pequenas embarcações, com no máximo quatro pescadores, sendo denominadas de caíque movido a remo ou pequenos motores a diesel (Foto 2). A maioria das atividades divide-se na pesca de siriⁱ e na pesca com redes de espera colocadas próximas de antigos curraisⁱⁱ. São dois pontos principais, um na praia do Ipiranga e o outro no rio denominado de Canal de Magé, próximo do centro da cidade, onde vemos uma inserção da pesca no cotidiano urbano. Os pescadores da Z9 atuam em fundo de baía, nas imediações de Magé e Guapimirim, caracterizado por uma baixa profundidade e pesca na foz dos rios da região.

No rio denominado Canal de Magé, pode-se notar a atividade artesanal pesqueira próxima do perímetro urbano – diversos pequenos cais nas margens, ou seja, a residência dos pescadores fica, em geral,

nas margens desse canal que se tornou via – ida e volta diária – de barcos para a Baía de Guanabara. O curso d'água desse canal foi reduzido por causa de obra da CEDAE em sua nascente. Hoje, parece um *vertedouro* de esgoto urbano e águas poluídas oriundas da cidade. As dezenas de barcos que entram e saem demonstram os riscos de saúde e de acidente desses trabalhadores dessas comunidades.

Ao longo do trabalho de campo com pescadores e líderes de pescadores, é interessante a memória comum sobre o processo de mutação acelerado do território Baía, por eles relatados, sobretudo, os mais velhos identificam ponto a ponto esta transformação, com a implementação do processo de industrialização crescente e com a presença de grandes agentes econômicos nos municípios que fazem parte da bacia de drenagem da Baía. A identificação dos cheiros, da mudança da cor da água, do esgoto não tratado é questionado por todos eles que desafiam o saber universitário pois desejam ter acesso às informações sobre a realidade ambiental e social que tanto tem piorado suas condições de vida. Os RIMAS e textos herméticos têm se tornado instrumento de poder e não de socialização de direitos. No campo de direitos, o direito ao conhecimento e a informação é tão fundamental quanto o direito ao trabalho, a moradia e a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2000, ocorreu derramamento de óleo na Baía de Guanabara causada pela Petrobrás, a Federação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro entrou na Justiça pelo direito à indenização de milhares de pescadores que ficaram meses sem pescar e que perderam seus instrumentos de trabalho. O processo até hoje não se concluiu (fevereiro de 2008). O novo momento de reestruturação da indústria petroquímica na Baía, torna-se uma preocupação para os pescadores, maioria muito pobre, que a remo ou a diesel, em seus pequenos barcos, não têm condição de pescar fora da Baía. Queimados pelo sol e de rostos com notável expressão de cansaço, saindo de noite e retornando de manhã ou tarde, conforme as oscilações das marés e o tarefa realizada, os pescadores têm, em geral, pouca crença no Estado, na cidadania, na implementação de direitos apesar de viverem e trabalharem em contextos metropolitanos, onde a luta por direitos é ampliada.

Neste sentido, por uma luta social para que a cidadania se realiza como condições de dignidade ao trabalho e às condições urbano-territoriais, é fundamental que entre a criação da lei e a implementação de políticas públicas, o exercício dos direitos universais se realize de fato, garantido cidadania aos reais trabalhadores diversificados, como os pescadores artesanais – uma atividade peculiar. Falta uma política social de implementação de direitos à atividade da pesca artesanal que compreenda a real condição de trabalho e de moradia desses trabalhadores.

A densidade do impacto econômico da obra e da produção futura da Petrobrás é vista como algo necessária e inevitável ao desenvolvimento do país que deseja se tornar referência em tecnologia de energia. Entretanto, tal densidade não ocorre em espaços vazios, mais em territórios historicamente usados, alterando a vida social da coletividade. Os projetos de *responsabilidade social* não podem ser pontuais ou de curto prazo, mas da mesma forma do impacto econômico espacial. São necessários planos geradores de melhorias, marcando historicamente, a superação das dificuldades recentemente criadas. Portanto, é necessária uma política de Estado de direitos sociais na solução de processos de modernização destruidores da vida coletiva. Há que se fazer Política de Estado democrático que respeite as ocupações históricas dos lugares, das memórias, das comunidades tradicionais que vivem o presente e que são geradoras de trabalho e renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Jorge B. de. *A estética da ruralidade nas paisagens e sua presença no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Geografia. Niterói: PPGeo-UFF. Orientação: prof. Dr. Jorge Luis Barbosa, novembro de 2007. 237p.
- BENEVOLO, Leonardo; *A história da cidade*; São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- BOBBIO, Noberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 207p. 8ª Edição.
- HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, 235p.
- HARVEY, David; *A condição pós-moderna*; São Paulo: Editora Loyola, 1998.
- JACOBS, Jane; *Morte e vida das grandes cidades*; São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001, 145p.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e Humanismo concreto: O mercado socialmente necessário, in Ribeiro et al. *Formas em crise: Utopias necessárias*. Rio de Janeiro: editora Arquimedes, 2005, p.93-111.
- SANTOS, Milton. *Por Uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1986, 3ª edição, 236p.
- _____ *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982. 67 p.
- _____ *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. 185p
- _____ *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. 176p
- _____ *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. 136p
- SOUZA, Maria Adélia A. (orgs.) *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003, 610p.

ⁱ A pesca de siri é feita de maneira artesanal em pequenos caíques, normalmente, a remo, é levada de quarenta a cem armadilhas que são espalhadas e recolhidas durante o dia, essas armadilhas costumavam ser postas com iscas (peixes pequenos) encontrada em grande fatura na própria região, mas hoje não é possível devido aos diversos fatores ligados à poluição.

ⁱⁱ Os currais são práticas antigas remontando ao período pré-colonial onde os indígenas se utilizavam dessa técnica em diversas escalas, indo de pequenos currais que se colocavam em períodos curtos, há currais que lembram os atuais que se estalam por longos períodos. Revendo os currais atuais, dá-se a impressão de que o tempo não passou e se mantém da mesma forma. Os currais atuais são feitos de peças de madeira retirada de árvores do próprio manguezal ou da floresta que cerca a região para as colunas de sustentação e se utiliza de bambus para fazer o cercado por onde o peixe entra e não consegue sair. O curral nos dias de hoje se tornaram difíceis de se construir e de se manter, pois além da madeira e o bambu serem caros a profundidade da região foi muito alterada nos últimos vinte anos.